

## Direito eleitoral

### Autor(res)

Carine Silva Diniz  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Cintia Brito

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

Simpósio "Eleições 2024: Desafios e Perspectivas": Realizado pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc) em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), esse simpósio abordou temas como financiamento de campanha, crime de violência política de gênero, uso da inteligência artificial na propaganda eleitoral e inelegibilidade e rejeição de contas <sup>1</sup>.

Simpósio de Direito Eleitoral Aplicado: Organizado pela Comissão de Direito Eleitoral da OAB Subseção de Mosso ró, esse evento contou com palestras sobre a utilização da inteligência artificial nas eleições, fraude à cota de gênero e o impacto da violência política de gênero na participação feminina na política <sup>2</sup>.

### Objetivo

Garantir a legitimidade e legalidade do processo eleitoral.  
Proteger a vontade popular e a soberania do povo.  
Assegurar a igualdade de oportunidades para todos os candidatos e partidos políticos.  
Promover a transparência e a publicidade do processo eleitoral.

### Material e Métodos

O Direito Eleitoral é uma área do direito público que regula as eleições, os partidos políticos e o processo eleitoral. Vamos dividir os materiais e métodos do Direito Eleitoral em algumas categorias principais:

#### Fontes Materiais

Essas são as bases que influenciam a criação das leis eleitorais. Incluem:

Constituição Federal  
Código Eleitoral  
Lei dos Partidos Políticos  
Lei das Eleições  
Revoluções DIREITO

### Resultados e Discussão

ANAIS do IV Encontro de Pesquisa Jurídica: O Diálogo entre a Sociedade, o Estado e a Constituição - Série Especial: Direito Eleitoral/Eleições 2024 - Dias 21 e 22 de outubro de 2024 - Curso de Direito Faculdade Anhanguera  
Ribeirão das Neves/MG

Os resultados e discussões sobre o direito eleitoral estão em constante evolução, especialmente durante períodos eleitorais. Recentemente, tem havido debates sobre a influência do dinheiro nas campanhas políticas, como visto nas eleições nos Estados Unidos <sup>1</sup>. A decisão do caso *Citizens United v. Federal Election Commission*, de 2010, permitiu que corporações e organizações sem fins lucrativos realizassem gastos ilimitados em campanhas políticas, o que tem sido duramente criticado por desequilibrar o processo político <sup>1</sup>.

No Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem adotado medidas para combater as fake news durante o período eleitoral, incluindo parcerias com plataformas digitais <sup>2</sup>. Além disso, a legislação eleitoral impõe aos candidatos, partidos e coligações o dever de zelar pela fidedignidade da propaganda eleitoral, sob pena de arcar com a veiculação do direito de resposta do ofendido <sup>3</sup>.

#### Principais Discussões

Influência do dinheiro nas campanhas políticas: A decisão do caso

#### Conclusão

A conclusão do Direito Eleitoral envolve garantir a legitimidade e transparência do processo eleitoral. Isso inclui:

Garantia dos Direitos Políticos: Assegurar que todos os cidadãos tenham direito a votar e ser votado, sem distinção de raça, gênero, religião ou condição social <sup>1</sup>.

Prevenção da Inelegibilidade: Estabelecer critérios claros para definir quem não pode se candidatar a cargos públicos, como condenados por crimes graves ou pessoas com pendências financeiras <sup>1</sup>.

#### Referências

Aqui estão algumas referências importantes sobre o Direito Eleitoral:

Constituição Federal: A base do Direito Eleitoral, que define os princípios e regras para o processo eleitoral <sup>1</sup>.

Código Eleitoral: Regula a organização e composição da Justiça Eleitoral, além de definir os procedimentos para as eleições <sup>1</sup>.

Lei das Eleições (Lei 9.504/1997): Estabelece normas gerais para as eleições, incluindo convenções partidárias, registro de candidatos e propaganda eleitoral <sup>1</sup>.

Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995): Regula a criação, organização e funcionamento dos partidos políticos <sup>1</sup>.

Lei das Inelegibilidades (Lei 64/1990): Define os casos em que os candidatos podem ser considerados inelegíveis <sup>1</sup>.

Resoluções do TSE: Instruções para a execução do processo eleitoral, publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral <sup>1</sup>.

Essas são as principais referências para entender o Direito Eleitoral. Se precisar de mais informações, basta perguntar!